

RESENHAS

EUVÉ, François. **Science, foi, sagesse**. Faut-il parler de convergence? Paris: Les éditions de l'Atelier/Ouvrières, 2004. 190p.

João Batista Libanio*

PROFESSOR JESUÍTA DE TEOLOGIA no Centre Sèvres de Paris, com formação e docência em física, une os dois conhecimentos necessários para tratar o tema: teologia e ciência.

O texto capta desde o início a nova configuração do momento atual da relação entre ciência e religião. A ciência perde a auréola de onipotência ao ser contestada por muitos de seus malefícios causados à natureza. A religião deixa para trás a onda secularizante e assiste a um retorno ou a uma recomposição. Esses dois fenômenos se ligam por meio do interesse pela natureza, do cuidado ecológico, da espiritualidade cósmica em direção à unificação da matéria e espírito.

Nesse contexto, emerge uma busca de sabedorias e religiões do Extremo-Oriente, até mesmo em meios de formação científica, não sem certa ponta de crítica ao Cristianismo pela sua influência na gestação da tecnociência atual. Ele passou de grande adversário da modernidade para seu gerador.

O debate entre ciência e religião se transformou profundamente em relação ao final do século XIX e aos inícios do século XX. Corre-se o risco de apologéticas fáceis e concordâncias artificiais. Não se trata simplesmente de questão acadêmica, mas envolvendo o ser humano quanto a sua natureza, a seu lugar no universo, a sua relação com o conjunto dos seres vivos e inanimados. Há quantidade enorme de questões levantadas recentemente que afetam a relação religião e ciência. Fica a pergunta: que ciência? Que religião?

O A. pretende oferecer elementos de discernimento para essa situação complexa. Requer-se para tal, não tanto um acúmulo de informações para complexificar ainda mais o quadro, mas levar em consideração juntamente: informação pertinente, inteligência da situação e decisão comprometida.

Como se trata de uma questão que alcançou a publicidade, o A. começa com um levantamento de questões lançadas na grande mídia a fim de captar os grandes temas. Problema mais agitado no mundo cultural anglo-saxônico que latino. Há uma busca de ordem e harmonia cósmica de que a religião seria garantia, sem necessariamente desembocar na fé de um Deus pessoal. À época conflituosa, simbolizada pelo caso Galileu Galilei, segue-se uma época de reconciliação. Configura-se uma epistemologia diferente da do positivismo, ao valorizar a mediação simbólica da linguagem e seu caráter interpretativo.

* Doutor em Teologia pela Universidade Gregoriana de Roma; Professor de Teologia Fundamental do Instituto Santo Inácio – FAJE, Belo Horizonte (MG); e membro do NET – Núcleo de Estudos em Teologia da PUC Minas.

Num capítulo seguinte, o livro busca uma melhor percepção dos limites e das possibilidades do método científico que abandonou o discurso arrogante de outrora para recolher-se com modéstia ou até mesmo com certa dose de cepticismo a posição mais reservada.

Novos paradigmas ressaltam a complexa corrente ecológica que se transformou numa encruzilhada de temas, envolvendo dimensões científicas e religiosas. Num mundo esfacelado e fragmentado busca-se uma visão global e holística, pondo em questão o próprio lugar do ser humano. Aparecem cada vez mais a sua ligação com a natureza e o primado da vida. Além disso, insinua-se uma atmosfera apocalíptica na atual literatura. A antropologia emergente do pensamento ecológico merece reparos no sentido de não valorizar suficientemente a originalidade do ser humano em relação ao resto da natureza. Eis a preocupação do capítulo terceiro.

No seguinte, explora-se a conotação espiritual, mística que afeta a relação do homem com a natureza, amplamente trabalhada pela Nova Era. Novas teorias, como a quântica, apresentam caráter esotérico em apoio a novo paradigma. Estamos entre extremos de uma rápida síntese híbrida e uma esquizofrenia epistemológica. Não se pode eludir o caminho lento e difícil da história e da construção do conceito.

Essa problemática leva o A. a aprofundar temas cristãos como a origem cristã da ciência, ao debater a questão entre Igreja e ciência. Tira uma primeira lição desse entreencontro, criticando o sobrenaturalismo que explica fenômenos da natureza com recurso a um “mundo por detrás” inacessível por princípio pela razão humana. Também conclui pela insuficiência da posição de convergência entre ciência e religião. Um Deus que fosse um elo da cadeia explicativa de uma argumentação científica não seria um sujeito, mas um objeto. Defende-se a distinção de domínios.

A teologia cristã da criação não se opõe à abertura que ela propõe a outras racionalidades. É ato divino que abre espaço para todos os seres do mundo e em particular para toda a humanidade. O mundo não é nem um caos sem sentido nem um cenário com roteiro já definido por um único princípio uma vez para sempre. Nem acaso, nem necessidade.

Um capítulo é dedicado à posição de Teilhard de Chardin pela sua importância que volta de novo a ser reconhecida. Ele transita entre os extremos da separação completa entre visão científica e visão cristã do cosmos, como também uma confusão panteísta. Entre o extremo da separação, existe a via média da distinção.

E termina com a questão do ser humano. O mistério do ser humano está altamente ameaçado a desaparecer pela mistura explosiva dos êxitos da biotecnologia com o triunfo da economia

neoliberal contra o fundo da crise das ideologias, reduzido ao estado de máquina. A tradição bíblicocristã é muito sensível à questão do ser humano, criado à imagem de Deus, assumido pelo Verbo e glorificado pela ressurreição. Ele é centro de construção do mundo, porque está intimamente vinculado a ele, como a biologia o demonstra. A liberdade do ser humano não se desliga de sua inscrição no mundo nem se reduz ao determinismo de uma visão excessivamente unitária, confundindo representação da realidade com a própria realidade.

Livro claro, didático, pertinente. Excelente obra para adentrar o leitor na cálida problemática da relação ciência e religião e oferecer-lhe pistas de compreensão à luz da fé cristã.

MUTSCHLER, Hans-Dieter. **Physik und religion**. Perspektiven und Grenzen eines Dialogs. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 2005. 293p.

João Batista Libanio*

O TÍTULO PARECE FAZER coabitar grandezas que se vêm tornando cada vez mais estranhas uma a outra. O A. escolheu de propósito esse binômio em vez de teologia e física que pareceria mais adequado teoricamente. Não quer fazer uma aproximação conforme “a natureza da coisa”, mas a partir do fato contingente histórico de que físicos desde séculos, mas muito mais acentuadamente nas últimas décadas, trataram do tema religião. As igrejas estão vazias, mas quando físicos falam de Deus enchem as salas e seus livros vendem, quer eles entendam ou não de religião. Por trás existe uma intuição: Religião é aquele campo em que os humanos penetram no mais íntimo da sua existência e assim, ao mesmo tempo, no mais íntimo do ser – isso parece que a física pelo campo do externo e da experiência verificável, reproduzível e quantificável faz, entrando naquele espaço limite onde a religião sempre esteve. Tal aparece lendo os escritos de Max Planck sobre religião, isto é, a ânsia científica e religiosa de Transcendência tem um objetivo final comum que resulta idêntico com o progresso científico. Na base há uma concepção platônica, segundo a qual a física se orienta para o “ser em si”, isto é, para a “Idéia” e segundo a qual oferece a essa idéia do mundo cognoscibilidade e consistência. Ela, no fundo, como pensamento de Deus, possibilitaria a subida na esfera religiosa. Tais especulações metafísicas têm seus riscos. O A. pretende criticar as especulações metafísicas equivocadas. Mostra-se distante do uso de

* Doutor em Teologia pela Universidade Gregoriana de Roma; Professor de Teologia Fundamental do Instituto Santo Inácio – FAJE, Belo Horizonte (MG); e membro do NET – Núcleo de Estudos em Teologia da PUC Minas.

categorias científicas, que ele chama de configurações híbridas, que devem mais a desejos do que à ciência, e que estão sendo usadas para mostrar a harmonia entre física e religião. O livro é, no final das contas, crítico e destrutivo diante de tais sínteses apressadas, aludindo diretamente ao livro de Capra – **O Tao da Física**. Religião e física dificilmente se intermedeiam.

O A. mostra que uma consideração religiosa da natureza está mais próxima das religiões asiáticas orientais por causa de sua concepção antes cosmológica e distante do Cristianismo por razão de sua fé pessoal, histórica. O cosmológico é secundário para o Cristianismo. Nele se acentua o histórico. O cosmológico permite mais conexão entre física e religião, enquanto o histórico existencial, próprio do Cristianismo, não.

O A. se restringe à relação entre religião e física a partir da concepção judaicocristã. Para ele há proximidade entre religião oriental asiática e física moderna, mas observada de perto se perde no vazio. Trata-se mais de uma moda do que de um fundamento consistente para um diálogo. Persegue o livro a exigência de verdade, como convém ao cientista, e não à praticidade e muito menos ao sabor do estilo dominante. Como lançar ponte entre física e religião, deixando de lado a inteligência? A tese central do livro é original e pertinente. Critica a atual atmosfera cultural antiintelectualista, sincrética, arbitrária e exótica que favorece certa permeabilidade entre religiões orientais e física.

Estuda a posição de Max Planck em relação à religião. Em seguida, aborda a prova física de Deus de Carl F. von Weizsäcker. Entra depois no “círculo místico”, no holismo, na teoria da ciência e prova negativa de Deus. Trata do círculo de Viena, o debate em torno de Pauli-Jung, Carl Gustav Jung, para terminar com uma reflexão sistemática. O livro analisa com precisão e profundidade as filosofias subjacentes às reflexões dos físicos e a partir daí elabora suas críticas.

A tese central é mostrar a distância entre Religião e Física como pólos extremos das possibilidades humanas: a física enquanto ela conduz ao extremo nosso comportar-se objetivante, teórico com o mundo e a religião, enquanto práxis e subjetividade conduz radicalmente ao fim. Tensão difícil de suportar-se. Daí o surgimento de “sistema de compensação” de corte panteísta para abolir a tensão enquanto o Cristianismo a mantém. O livro é sério. Alerta para o nivelamento atual da radical tensão que o Cristianismo defende no interior do ser humano – ser quebrado, embora redimido, propondo uma harmonização fácil entre religião e física. Além do mais, exige-se do leitor certa familiaridade filosófica e científica.

RIEGER, Joerg. **Remember the poor.** The challenge to theology in the twenty-first century. Harrisburg (Pennsylvania): Trinity Press International, 1998. 241p.

João Batista Libanio*

O A. É PROFESSOR de teologia sistemática numa Universidade Metodista. Ele vem, portanto, de uma origem protestante. Os metodistas têm forte tradição social. Daí a sintonia do A. com a teologia a partir dos pobres. O livro cumpre importante função de levantar a questão dos pobres num país rico, nos EUA, e no meio protestante, pouco afeito a essa problemática. Num século que se iniciou com o reinado solitário do neoliberalismo, o grito dos pobres, em terrível contraste com a riqueza crescente de uma minoria privilegiada, não só no Terceiro Mundo, mas já dentro do próprio Primeiro Mundo, soa forte. Ele se preocupa pelo “reverso da história”, o mundo dos pobres onde, p. ex., 35 mil crianças morrem de doenças hoje controláveis.

O livro responde ao imperativo de uma nova visão teológica diante do impasse das opções teológicas principais nas Américas à luz dos excluídos a fim de apontar novos trilhos. O A. se inspirou no encontro com pessoas em ambas as Américas e em ambos os lados do Atlântico, que são testemunhas da libertação de Deus. Ele conecta duas tradições bem diferentes: a da libertação simbolizada pelos contactos com Gustavo Gutiérrez e a de J. Lacan, psicanalista, incentivado por F. Jameson, nessa aventura interdisciplinar.

Por sua vez, também, estuda duas tradições da teologia da libertação, uma latino-americana na linha de Gutiérrez, outra norte-americana nas pegadas de Frederick Herzog. Pobres incluem uma compreensão pessoal e transpessoal e a teologia se constrói a partir do subterrâneo da história, afastando-se do típico pensar liberal que trabalha com arcabouços já dados. Leva-se a sério o papel dos marginalizados. O encontro com os pobres transforma tanto a interpretação da tradição teológica como a compreensão do sujeito moderno, fulcros da teologia moderna. “Só se mudamos a nós mesmos em vista do povo ‘invisível’, estaremos conscientes do ‘Deus invisível’” (F. Herzog). “Sem novos encontros com o outro nas margens, demandas com a Alteridade de Deus podem ser perigosas ilusões”. O A. procura uma nova visão global dos pobres, no Sul e no Norte.

Na elaboração do modelo teórico, para superar o confinamento da teologia contemporânea à autoridade do sujeito moderno e dos textos eclesiais, o filósofo e psicanalista francês J. Lacan oferece chance promissora. O seu conceito de “real” é

* Doutor em Teologia pela Universidade Gregoriana de Roma; Professor de Teologia Fundamental do Instituto Santo Inácio – FAJE, Belo Horizonte (MG), e membro do NET – Núcleo de Estudos em Teologia da PUC Minas.

uma tentativa de repensar os momentos de opressão e repressão, reformulando a virada para o sujeito e para o texto. Permite abertura ao submundo da história. O A. assume posição livre diante do pensamento de J. Lacan, buscando nele um espelho para ver refletido as estruturas de autoridade e de poder em jogo. É mapa, não sistema normativo.

O livro trata das seguintes questões: à luz do crescimento da marginalização e sofrimento atuais, como podem os que estão à margem ajudar a teologia tornar-se mais consciente e responsável do que Deus está fazendo? Como podemos criar mais espaços para a obra de Deus, que parece está sob constante tutela em muitas teologias contemporâneas que identificam a última autoridade teológica ou com o sujeito moderno ou com textos tradicionais da Igreja antes que com Deus mesmo?

Este é o programa do livro. Desenvolve-o em três partes. A primeira lida com o impasse da teologia contemporânea, estudando a autoridade e poder na linha principal protestante da teologia norte-americana e na da teologia católico-romana da América Latina.

Na segunda parte, fazem-se aproximações da realidade: o reverso da história transformando a teologia. A noção de real de Lacan ajuda a superar os dois pólos que prenderam o pensar ocidental: sujeito e texto. Algo se tinha perdido ou reprimido com a concentração nos dois elementos citados. J. Lacan mostra que o que está reprimido no inconsciente tem um considerável suporte no forjar a realidade. E o A. mostra como o encontro com o subterrâneo reprimido da história pode mover-nos além do binário sujeito e texto, isto é, criticando tanto o poder do texto quanto do sujeito. Alerta para o risco de romantizar o oprimido, como no caso do engrandecimento da mulher em muitos discursos. Outra maneira de domínio. Cabe reconstruir a autoridade e o poder a partir do outro real reprimido. O A. faz análises iluminadoras sobre o poder na linha dialética. Dois capítulos situam-nos no encontro com o outro. Um é dedicado à teologia dos EUA e outro à da América Latina. Mostra como superar nelas o binômio sujeito e texto.

Uma terceira parte estuda a mudança de paradigma em teologia, provocada pelo encontro com o povo do subterrâneo da história. Implica uma reflexão sobre a história a partir do seu reverso. Em seguida, Norte e Sul encontram-se face a face no referente ao poder na busca de nova compreensão do outro. Trata depois da irrupção dos pobres, que Gutiérrez trabalha no livro **A força histórica dos pobres**, e da irrupção de Deus que permitem o desenvolvimento de temas centrais para uma nova visão teológica em perspectiva transcultural e transdenominacional. O último capítulo fecha o livro com a apresentação da forma da nova teologia e da transformação mencionada dos que produ-

zem a reflexão teológica. Este novo paradigma nasceu de percepção melhor do papel do povo oprimido na formação do poder e da autoridade teológica. Nada muda se os oprimidos emergem como “sujeitos autônomos”, incapazes de olhar para os vizinhos.

A teologia a partir do subterrâneo da história não é mais pretensiosa e sim humilde na consciência dos próprios limites. Nenhuma formulação teológica final da luta libertadora é possível. Novas lutas contra a opressão emergem continuamente de maneira que pedem novas maneiras de ação e novos modos de reflexão.

Estamos diante de uma reflexão criativa, séria, comprometida que ultrapassa os limites regionais, sem perder as suas mordências. Traz para dentro dessa reflexão o pensador francês J. Lacan, que ninguém imaginaria ter algo a contribuir nesse campo. Vale a pena conferir.

RIBEIRO, Fernando. Os Incas. As plantas do poder e um tribunal espanhol. Rio de Janeiro: Mauad, 2005. 222p.

João Batista Libanio*

NÃO É UMA RECENSÃO. Tipo literário feito para a academia, em estilo analítico e crítico, reduzindo o livro a arcabouço de idéias, para tecer, em seguida, o fatídico juízo soberano do recenseador. Não é introdução, já feita pela pena magistral do prefácio de L. Boff. Nem apresentação editorial, que as orelhas retratam. Que é então? Não sei. É um navegar por um livro, conhecido antes de lê-lo, desconhecido depois de tê-lo feito. Quem priva da amizade do casal Luiz Alberto e Lúcia, pais do Fernando, acompanhou o drama existencial da prisão, sofreu os meses de escuridão carcerária e alegrou-se pascualmente com a liberação dos inocentes – eram dois – das garras do poder.

A ladainha de agradecimentos que Fernando desfia na primeira página já revela que pisamos terra diferente. Longe dos formalismos de teses em que o doutorando, sinceramente ou não, tece loas aos orientadores, leitores examinadores e outras pessoas envolvidas no processo acadêmico. Aqui se jogavam uma vida, uma experiência espiritual, uma comunidade de vida, um ideal religioso, uma missão e embate cultural de raízes seculares. E as vozes se levantaram desde o Brasil até o Japão, passando pela Alemanha e densificando-se na Espanha.

L. Boff, ao prefaciá-lo, imerge o leitor nas águas profundas do livro. Entrelaça a dupla história em jogo, separada pelo curto

* Doutor em Teologia pela Universidade Gregoriana de Roma; Professor de Teologia Fundamental do Instituto Santo Inácio – FAJE, Belo Horizonte (MG), e membro do NET – Núcleo de Estudos em Teologia da PUC Minas.

lapso de cinco séculos: a história real e atual da prisão e a memória fantástica do Império Inca. O elo dos séculos se teceu pela bebida cerimonial “Ayahuasca”. Lá, na civilização Inca, ela resumava sacralidade. Hoje, no aeroporto de Barajas, foi profanada pela Polícia sob a categoria de droga perigosíssima.

O balancear entre as duas histórias ressoa no coração de Fernando, que transformou o relato bibliográfico em aventura de alcance religioso e cultural para além da singularidade de sua pessoa. Tudo começa com um mergulho psicanalítico na solidão da Prisão em Madri, aliviada pelo gesto de escrever. Duas luas cheias se passaram por detrás das paredes do Presídio e chegaram a nove entre a saída e volta ao Brasil – tempo de gestação humana – enquanto no recôndito da alma jovem do prisioneiro se ia formando a idéia-mestra do livro: articular a experiência presente com a cultura inca, raiz forte da América pré-colombiana. Agora esse filho escrito, gerado lá na noite escura do cárcere, viu a luz na solar cidade do Rio de Janeiro. Nasceu, como Fernando mesmo confessa, para cumprir uma missão. Não o pensou para os iniciados, para os místicos. Era a necessidade de criar um elo com os “leigos, os acadêmicos, os juízes do mundo moderno”. É uma revelação no sentido mais forte do termo, tirando o véu, com que a cultura ocidental cobriu a ciência dos Incas, seus sacerdotes, rituais e cerimônias. Recupera o tesouro da civilização Inca, o *El Dorado* que os espanhóis na ganância de ouro nunca encontraram e muito menos lhe perceberam o sentido profundo religioso, antes fizeram tudo por destruí-lo, em vão. Essa ciência – natural e espiritual – que está detrás da misteriosa bebida da floresta, se submergiu e agora explode na própria Espanha. A prisão se fez sacramento – sinal visível – da aparição da invisibilidade dessa realidade. Anunciá-la é o sentido profundo desse escrito. O veredicto final da Corte espanhola não significou unicamente a inocência dos acusados, mas o reconhecimento do renascer do broto de uma árvore que os espanhóis da conquista pensaram ter destruído.

Isso aparece no final do processo. Mas naquele primeiro momento, para o olhar policialesco, ali estavam dois traficantes internacionais, presos em flagrante, um deles, adulto jovem, filho da pós-modernidade desvairada dos anos de 1960, que bebe, cheira e se pica com drogas, em busca de aventuras fora da realidade, enjoado da civilização que o Estado policial defende. Escondiam-se, porém, naqueles quase quarenta anos de vida, sonhos, desejos de meter-se em pesquisas das tradições ayahuasqueiras e da soterrada cultura Inca. E na Espanha depa-rou com a grandiosa obra de Garcilaso de la Veja – **Comentarios reales de los Incas del siglo XVI** –, escrito em espanhol arcaico com mais de mil páginas. Encontrou-se o outro lado da ponte. Fernando relê com olhos novos a obra do inca mestiço, detendo-

se na história dos Incas antes do embate com a máquina espanhola de morte, com promessa de outros estudos que continuem a aventura dessa civilização.

O autor persegue os lençóis de água da cultura Inca que resistiram à devastação das camadas geológicas pelos séculos de silêncio e dominação. Eles afloram em outros rios e regam paisagens diferentes de nações indígenas plurais e de tipos originais de pessoas: curandeiros populares, xamãs, ayahuasqueiros pelo interior do Peru, Bolívia, chegando com vestes modernas a penetrar ruas e avenidas do século XX. Os dez litros da misteriosa bebida, que Fernando levava consigo, visibilizavam o fio condutor dos séculos que o separavam dos Incas.

O livro fascina pelas diferentes viagens tanto no presente como no passado. Fernando e Chico não só voaram para outro Continente físico, mas viajaram para dentro da própria interioridade num jogo emocionante de sofrimento pesado e esperança leve, de horas escuras e momentos luminosos. Quando o bloco de cimento e as grades os trancavam, Fernando ainda conseguia imaginar que a silhueta da montanha que vislumbrava “devia ser bonita, e por cima de tudo o céu estrelado”. Toca o leitor a ligação interior com a natureza que atravessa o relato, e tanto mais contrastante quanto mais o ambiente dos seres humanos traduzia a dureza e rigidez do universo da repressão. A beleza da natureza, que volta a cada momento no relato, e a feiúra do mundo dos humanos que trancafiam outros humanos ostentam a dor e a vergonha do contraste. Que dirão de nós em séculos vindouros as pessoas, ao saberem que metíamos seres humanos dentro de jaulas como animais ferozes?!

Pela leitura se faz viagem escura desde o momento da prisão no aeroporto até a soltura e volta ao Brasil. Meses de túnel. Quem lê sente mais a dor de acompanhar o périplo do processo. Pois ciente da inocência dos acusados, percebe o terrível equívoco das suspeitas levantadas pelo aparato repressor, que desencadeou verdadeira operação de guerra. Torna-se chocante o contraste, entre a pureza dos que levavam e usam a bebida cerimonial e a fantasia da inteligência policialesca espanhola.

A viagem pelo século XVI sofre do mesmo paradoxo. O Império Inca expande-se nas asas do sentido de humanidade, levando a diversos povos indígenas cultura, organização e dignidade, enquanto o espanhol veio embriagado de ganância de ouro e prata, triturando sangrentamente uma civilização de séculos e de extraordinária riqueza simbólica, religiosa e humana.

Mais uma vez o texto provoca no leitor o sentido de indignação ética. O livro o conduz pelos meandros da história, opondo a epopéia Inca à devastação européia. E para vergonha do Cristianismo, a primeira se construiu à luz de uma religião do culto ao deus Sol e a segunda invocou a nome de Cristo para destruir

tudo o que se lhe opunha. Sob a veste cristã, esconderam-se interesses de outra natureza: econômicos e políticos de Empresas e dos Estados.

Atravessa a narrativa do século XX uma aura mística na relação entre os membros das comunidades. Por onde passam os seus membros são recebidos com celebrações, festa e alegria. E no sofrimento, difunde-se sentimento de solidariedade. Faz lembrar as narrativas de Lucas que embelezam os primeiros anos das comunidades cristãs. Fernando e Chico, nas sombrias horas da prisão, revelam fé numa missão maior que o simples desenrolar da parafernália repressiva. Algo de maior e de longo alcance se jogava dentro daqueles interesses pensados pela visão curta da ação policial.

Acompanha a tônica principal da narrativa a consciência de que nada se vive na superficialidade do acontecido. Tudo aponta para desígnio superior, seja numa interpretação para cada um dos atores quanto para as comunidades. Há um sim e não nos acontecimentos. Nada se entende numa compreensão limitada ao puro fato.

“Em alguns momentos cheguei a pensar”, narra Fernando, “que havíamos entrado em um barco furado”. Era um primeiro impulso, imediato. Leitura simples da irracionalidade do que acontecia com eles. “Mas depois, em outros momentos, tudo parecia que se encaixava, como se houvesse um plano muito preciso”. Essa frase oferece chave de leitura de toda a narração.

Há um lado de naufrágio, de fracasso, de iniquidade na dupla narração passada e presente. Lá no Império dos Incas pareceu tudo ser destruído. Lá na prisão de Madri o projeto despretenso de uma escala em direção ao Japão ruía por terra. É um lado. Mas, essa adversativa modifica a inteligência da narrativa.

A civilização Inca permaneceu em muitas ramificações nativas; “estão aí até hoje”, observa Fernando, “pelas regiões dos Andes, no Peru, na Bolívia, na Amazônia brasileira, e mantêm vivas suas tradições, não se renderam à cultura do homem branco. São xamãs, curandeiros, pajés, muitos que trabalham com as plantas sagradas”. Neles deixaram os Incas sua marca.

E o sim e não de Madri de hoje? O projeto primeiro foi interrompido. Tentativa de aborto. A vida venceu essa agressão e nasceu em Fernando a intuição de ligar, por meio da bebida ritual e sagrada, dois mundos distantes. Lançou raízes nos Incas destruídos pelo Estado espanhol do século XVI para entender o que está fazendo o novo Estado espanhol com a suspeita a respeito da bebida. “No silêncio daquela sela, entre as grades daquela prisão espanhola, nascia a vontade de ir buscar esses estudos, e apontar novos holofotes sobre essa face tão marcante e ignorada da memória americana”.

O livro fecha com um conto “A cerimônia”. É mais que con-

to. É quase uma tese, vestida com beleza simbólica, sem a rigidez acadêmica. E termina com um grito. A tese: lá nos inícios, na civilização Inca, havia uma Ciência do Sagrado, guardada e transmitida num Círculo Sagrado de Conhecimento. Veio a destruição da conquista. Ela se eclipsou e agora emerge em diversos lugares em plena modernidade. É o momento de mostrar à modernidade que ela, a bebida ritual do “vinho sagrado”, o “vinho das almas”, a “Planta do Poder” não se confunde, como fez o Sistema de Inteligência espanhol com droga, mas reflete uma civilização com sabedoria que merece o respeito. E o grito final vem das entranhas do sol ameríndio em protesto contra a continuada dominação européia.

Terminadas as múltiplas viagens, um leitor radicado na religião cristã de acento ocidental sente-se perplexo. Invade-o o frescor religioso, diria místico, que brota de experiência com raízes bem antigas e escondidas. Não lhe escapa certa analogia com a vivência de comunidades cristãs em situações análogas. Percebe a seriedade e gravidade do uso ritual da ayahuasca com sua impressionante força espiritual. Abre-se espaço para um diálogo inter-religioso do Cristianismo com essas antigas tradições incas em espírito de respeito e compreensão para que os dialogantes aprendam um do outro. Estamos diante de um relato pessoal que se ultrapassa a si mesmo para transformar-se num anúncio – boa notícia – de harmonia com a dimensão do espírito e da natureza vindo das entranhas da civilização Inca para a modernidade ocidental perdida na voragem do dinheiro e dos bens materiais. E tudo isso escrito numa linguagem viva e atraente que conduz suavemente o leitor pelos múltiplos itinerários.

SOUZA, Alberto de Mello e (Org.). **Dimensões da avaliação educacional**. Petrópolis: Vozes, 2005. 262p.

Suzana dos Santos Gomes*

NA DÉCADA DE 1990, a avaliação educacional assumiu um lugar de grande destaque na agenda das políticas públicas de educação no Brasil, acompanhando uma tendência que já vinha sendo seguida por diferentes países deste os anos de 1970. Hoje, existe sólido consenso entre os gestores, educadores e especialistas sobre a relevância dos processos de avaliação para a melhoria da qualidade do ensino. Nota-se, portanto, uma preocupação cada vez mais com a construção de instrumentos adequados para avaliar o desempenho dos sistemas de ensino, com foco centrado na

* Professora de Cultura Religiosa e de Políticas Públicas Educacionais da PUC Minas. Doutoranda em Educação pela UFMG.

aprendizagem dos alunos e abertura suficiente para enquadrar as diferentes variáveis que incidem sobre o rendimento escolar.

Este livro discute o tema da avaliação educacional. Tema que ganha importância em países como o Brasil, que apresentam problemas de baixo desempenho escolar, agravados pelo atraso escolar. A universalização recente do ensino fundamental e a forte expansão das vagas no ensino médio acentuaram a demanda por uma educação de qualidade. Esta demanda por qualidade requer tanto transparência sobre a situação do ensino como conhecimento sobre onde atuar para que os problemas sejam enfrentados com sucesso. Esse é o papel, por excelência, da avaliação educacional, complementada pelo monitoramento através dos indicadores educacionais.

Na última década, o Brasil construiu o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), que fornece elementos para um diagnóstico da aprendizagem dos alunos. Além disso, o Saeb permite identificar os fatores que, quando presentes, favorecem os bons resultados.

Vários estados e municípios têm desenvolvido seus sistemas de avaliação com sucesso e compatíveis com o Saeb. Entretanto, o uso das avaliações realizadas no desenho de políticas educacionais tem sido modesto, em parte pelo conhecimento insuficiente de especialistas na interpretação dos resultados e na formulação de diagnósticos.

Dentro desse contexto, o objetivo deste livro é o de colocar à disposição de um número crescente de estudantes e de professores interessados os procedimentos utilizados na avaliação de escolas e na interpretação de seus resultados.

O primeiro capítulo, “As avaliações de nova geração”, de Simon Schwartzman, coloca a avaliação na perspectiva das mudanças das funções pelas quais vem passando o sistema educacional. Avaliações institucionais no ensino superior e avaliações de escolas na educação básica retratam a maior complexidade da metodologia da avaliação. As avaliações de nova geração que surgiram em todo o mundo nas últimas décadas são tentativas mais ou menos bem-sucedidas de responder a problemas reais, e deverão continuar a existir, apesar de seus eventuais problemas e dificuldades.

O segundo capítulo, “Avaliação da qualidade da educação: lições para o Brasil”, de Stephen P. Heyneman, aborda questões essenciais para políticas bem-sucedidas de melhoria da qualidade do ensino. Este texto argumenta que o impacto da educação decorre em primeiro lugar de sua qualidade, mas que há múltiplos indicadores da qualidade da educação que não funcionam necessariamente de maneira uniforme. Em seguida, descreve a distribuição da qualidade da educação no mundo e mostra que, mesmo em nações com acesso universal e gastos educacionais

elevados, o impacto dos investimentos varia consideravelmente. O autor aborda alguns dos debates atuais em torno da questão do investimento na qualidade da educação e conclui com a apresentação de uma sinopse da avaliação da educação no Brasil.

O capítulo seguinte, “Medidas em Ciências Sociais”, de Ignácio Cano, familiariza o leitor com aspectos cruciais de uma medida, como o seu nível, que varia do menos exigente, nível de razão, que permite os mais variados tratamentos estatísticos. O autor encerra com as duas propriedades principais de uma medida: confiabilidade e validade.

“A relevância dos indicadores educacionais para a educação básica: informação e decisões”, de Alberto de Mello e Souza, aborda temas ligados ao uso de indicadores educacionais na educação básica. O autor tem por objetivo descrever os indicadores educacionais utilizados nos ensino fundamental e médio e o papel que desempenham nas análises educacionais. As análises atestam que os indicadores têm três funções: monitorar escolas, ajudar na tomada de decisões e fornecer informações para a avaliação de programas. O capítulo termina reiterando a importância dos indicadores na análise e dimensionamento dos problemas educacionais.

“Testes de rendimento escolar”, de Rubem Klein, mostra que testes de rendimento escolar objetivam medir o nível de conhecimento e/ou habilidade de um aluno. Os testes de resposta ao item (TRI) já adotados no Brasil possibilitam a comparação de resultados entre alunos, séries e regiões diferentes medida por testes feitos em anos diferentes. O autor discute algumas propriedades estatísticas necessárias para se obter esta comparabilidade.

No capítulo “O uso pedagógico dos testes”, Nilma Fontanive descreve as relações entre os testes ou provas e o currículo, dando exemplos práticos. No Brasil e no mundo, nas duas últimas décadas, constata-se a enorme importância atribuída ao uso de testes para avaliar alunos, e, ainda, por meio dessas avaliações diagnosticar os sucessos e fracassos dos sistemas escolares.

No capítulo “O efeito da escola no desempenho cognitivo de seus alunos”, José Francisco Soares retoma a discussão sobre a questão dos fatores familiares e escolares que influenciam a aprendizagem. O autor destaca as várias maneiras como uma escola pode atuar para aumentar a qualidade do ensino. Muitos fatores interferem nesse processo e podem influenciar a aprendizagem, como: recursos disponíveis, a gestão da escola, o papel do diretor, a motivação do professor e o projeto pedagógico, entre outros. No final do capítulo, são apontadas algumas evidências constatadas em estudos realizados no Brasil.

O capítulo “A avaliação da Aprendizagem escolar”, de Serge Mouchon, discute a avaliação formativa. O autor recorre à psicologia cognitiva e descreve os modelos propostos por diferen-

tes autores. Trata-se de uma modalidade de avaliação que visa fornecer ao professor indícios sobre o funcionamento e as capacidades cognitivas subjacentes do aluno. O foco se desloca do nível do desempenho para o da competência. A avaliação formativa, indissociável do ato de ensinar, mobiliza o aluno na organização, regulação e administração de suas aprendizagens.

O último capítulo, “Avaliar não é para amadores”, de Cláudio de Moura Castro, mostra que a avaliação requer um domínio de seus conceitos e instrumental a fim de que seus resultados sejam efetivos. Segundo o autor, de modo geral, o Brasil, nas últimas décadas, avançou em termos de avaliação educacional. Elas se mostram mais completas e com nível técnico mais apurado.

Este livro procurou reunir a contribuição de especialistas com grande experiência na área da avaliação na discussão integrada de temas da educação básica. Trata-se, sem dúvida, de uma obra valiosa. Embora cada um deles trate de um aspecto, de um tema da avaliação educacional, no seu conjunto eles apresentam um ponto em comum: consideram a importância dos processos avaliativos e apontam a necessidade de eles serem concebidos e conduzidos com vistas ao desenvolvimento dos alunos, dos professores, dos cursos e das instituições. A avaliação é necessária para promover a inclusão.

Se o compromisso assumido é com a democratização do ensino, há que se investir na construção de propostas de avaliação que se pautem por princípios, tendo como finalidade subsidiar na definição de prioridades e encaminhamentos de decisões que possibilitem o aprimoramento do trabalho escolar, com vistas ao desenvolvimento de todos os alunos.

BOFF, Leonardo. **Virtudes para um outro mundo possível. v. I: Hospitalidade: direito e dever de todos.** Petrópolis: Vozes, 2005. 199p.

BOFF, Leonardo. **Virtudes para um outro mundo possível. v. II: Convivência, respeito & tolerância.** Petrópolis: Vozes, 2006. 126p.

Paulo Agostinho Nogueira Baptista*

* Doutorando em Ciência da Religião pela UFJF. Professor e Coordenador da disciplina Cultura Religiosa na PUC Minas.

VIRTUDE É UM CONCEITO que fez fortuna no passado, especialmente, no campo da educação moral. As mudanças na sociedade e na educação deixaram de destacar esse aspecto importantíssimo na formação e na vida societária. E as conseqüências estamos todos colhendo e sentido na própria pele.

Leonardo Boff, dedicando-se nos seus últimos livros às temáticas ecológica, ética e de espiritualidade, retoma a categoria “virtude” e nos apresenta uma trilogia sobre as “virtudes para um mundo possível”. E começa com a seguinte pergunta: “Que virtudes são minimamente necessárias para garantir um rosto humano à globalização?”.

Partindo da situação de crise em que vive a sociedade mundial, ele considera que esse momento é oportuno para se construir algo novo, uma mudança de cosmovisão: “a construção de uma geossociedade humana una em sua substância e diferente em suas manifestações”.

O primeiro volume aborda o tema Hospitalidade, questão desafiadora no contexto da globalização e dos conflitos e problemas mundiais. O volume II trata da Convivência, do Respeito e da Tolerância, temáticas também urgentes para a paz e a cultura da não-violência. O último volume, que será lançado ainda em 2006, refletirá sobre a Comensalidade, sobre como viver a fraternidade e celebrar a alegria de viver juntos e partilhar a vida na mesma casa – a Mãe Terra.

Para tratar da “Hospitalidade”, Leonardo Boff recorre à tradição grega, ao mito de Báucis e Filêmon, que foi narrado pelo poeta Públio Ovídio (43-37 d.C.). Mas antes de apresentar esse mito e refletir sobre ele, Boff lança o olhar para o passado. Comparando o paradigma “do inimigo”, marcado pela definição da identidade segundo a tradição (religião, costumes, heróis, valores...), e o novo paradigma, o “paradigma do hóspede e da aliança” – “a fase planetária”: vivemos juntos numa mesma “nave” – a Terra, e com limitados recursos. Leonardo refaz uma longa história: da Terra, do surgimento da vida, do ser humano, das civilizações, até chegar à globalização, em seus diferentes formatos históricos: a era de ferro, a idade humana e a idade ecológica.

O mito narra a história de Báucis e Filêmon, um casal de velhos, que vivia de forma muito simples e que recebem sem saber duas divindades travestidas de pobres: Júpiter e seu filho Hermes. Oferecem o melhor que têm, suas últimas provisões e até a própria cama. Com a revelação da verdadeira identidade dos forasteiros, a choupana se transforma em templo e os pedidos de Báucis e Filêmon são atendidos: servir aos deuses no templo e morrer juntos. E a lição da hospitalidade desse casal ficou como referência para a cultura: “Quem hospeda forasteiros, hospeda a Deus”.

A partir da interpretação do mito da hospitalidade e, especialmente, de suas diversas dimensões, Leonardo analisa as sociedades modernas, procurando o equilíbrio entre a visão “pura”, incondicional, e as limitações necessárias e condicionantes da hospitalidade. Sob esse critério, aponta “as faltas de hospitalidade” na história e os diversos sujeitos excluídos: a mulher, os ho-

mossexuais, os enfermos, o jovem e o idoso, o iletrado, a exclusão entre classes sociais (a exclusão social), o estranho e o estrangeiro.

Mas se nas sociedades ocidentais encontramos uma trágica história de “falta de hospitalidade”, também encontramos respostas significativas no acolhimento ao outro. Leonardo destaca, então, a tradição judaico-cristã da hospitalidade: a aliança entre Deus e os seres humanos, a exigência da justiça, o amor a Deus e ao próximo, indissociável e incondicional. Também refere-se à caminhada ocidental pelos direitos humanos e pela paz. Por fim, fala do valor da democracia “como remédio contra toda exclusão e falta de hospitalidade”.

Finalmente, respondendo à questão sobre como se pode viver “a hospitalidade no contexto da globalização”, Boff apresenta rica reflexão sobre “atitudes e comportamentos” e sobre “políticas possíveis” de hospitalidade. Entre as atitudes encontramos: a boa vontade incondicional, a acolhida generosa, a escuta atenta, o diálogo franco, a negociação honesta, a renúncia desinteressada, a responsabilidade consciente, a relativização corajosa e a transfiguração inteligente. Com uma nova consciência coletiva, na perspectiva “planetária”, a cultura da paz poderá se consolidar.

As políticas possíveis, e são possíveis para não se cair num idealismo inconseqüente, indicam condições sobre como a hospitalidade pode ser exercida: a justiça mínima em todos os níveis, os direitos humanos a partir das maiorias, a Democracia aberta e perfectível e a Interculturação.

Leonardo termina esse livro com uma profissão de fé que nos provoca à mudança: a “hospitalidade congraça assim o humano e o divino e pode garantir o fundamento para uma convivência minimamente terna e fraterna de todos dentro da mesma Casa comum, o planeta Terra”.

O segundo livro – **Convivência, respeito & tolerância** – já inicialmente afirma que tanto o respeito quanto a tolerância estão contidos na virtude da convivência. Não faltam situações e pessoas que possam servir de exemplo de acolhida ao outro e da capacidade de conviver. Leonardo se detém na vida das Irmãs de Jesus, seguidoras do Irmão Charles de Foucauld, especialmente da experiência da convivência que tiveram com os índios tapipará, ameaçados de desaparecimento: “Em 50 anos elas não converteram sequer um membro da tribo. Conseguiram muito mais: fizeram-se parteiras de um povo [...]” (p. 14).

Depois de recolher a passagem evangélica do “Bom Samaritano”, Boff mostra como o conceito convivência ganhou perspectivas importantes no Brasil com Paulo Freire e nas CEBs. E conclui refletindo sua dimensão psicossocial e cósmica.

Para apresentar a outra virtude – “Respeito” –, Leonardo co-

meça com uma parábola: o relato de Atos dos Apóstolos 10, 9-16, a visão de Pedro diante da crise entre seguir a tradição e receber um pagão, um oficial romano de nome Cornélio. Diversas “lições” são tiradas desse relato: a “centralidade fundamental” da busca de sentido de vida; as religiões são “esforços de tradução do encontro com Deus [...] sujeitas às mudanças históricas”; Deus é encontrado onde “houver reverência diante dele e se praticar a justiça” (At 10,35); não se pode monopolizar o Espírito; e a religião do Espírito (“que sopra para onde bem entende” – Jo 3, 8) tem seus seguidores em diversos lugares e religiões (em Jerusalém ou no monte Garizim).

Não existe respeito se não forem atendidas, segundo Leonardo, alguns condições fundamentais: o reconhecimento do outro; o respeito incondicional à consciência; o respeito à laicidade do Estado; e o valor intrínseco de cada ser.

A terceira virtude – a Tolerância – também é apresentada com uma parábola: o Semeador (Mt 13, 24-30). Tal parábola tem uma perspectiva antropológica e também cósmica. Caos e ordem se entrelaçam, são dinâmicas complexas. Por isso existe a Tolerância: “a capacidade de manter, positivamente, a coexistência difícil e tensa dos dois pólos, sabendo que eles se opõem, mas que compõem a mesma e única realidade” (p. 79).

Há a tolerância passiva – indiferença, comodidade – e a tolerância ativa, em diversos níveis. Também existem os limites da tolerância. Deve-se tolerar o sofrimento do outro, a indignidade, a destruição do planeta? Devemos ser tolerantes diante do fundamentalismo e do terrorismo? São questões desafiadoras e que encontram uma reflexão muito significativa de Leonardo Boff.

Finalmente, concluindo a reflexão sobre essa virtude, um importante tema aparece: “Tolerância e diálogo inter-religioso”. Leonardo retoma a tese de Hans Küng: “Não haverá paz entre as nações se não existir paz entre as religiões. Não haverá paz entre as religiões, se não existir diálogo entre as religiões. Não haverá diálogo entre as religiões, se não existirem padrões éticos globais. Nosso planeta não irá sobreviver, se não houver um *ethos* mundial, uma ética para o mundo inteiro” (p. 118). O diálogo, a convivência e a tolerância ativa inter-religiosa revelam, além da capacidade de abertura do ser humano, a “riqueza do único e mesmo Mistério Fontal”.

O encontro entre essas três virtudes – Convivência, Respeito e Tolerância – e sua articulação efetiva deve produzir a paz – “anseio maior da humanidade atual”. Paz que significa, na feliz expressão da Carta da Terra, “a plenitude que resulta das corretas relações consigo mesmo, com outras pessoas, com outras culturas, com outras vidas, com a Terra e com o Todo maior do qual somos parte”.

De leitura muito agradável e questionadora, **Hospitalidade:**

direito e dever de todos e **Convivência, respeito & tolerância** são dois livros que oferecem grande contribuição para a formação da consciência e para a transformação da práxis de todas aquelas e aqueles que sonham com um mundo e uma sociedade fraterna, justa e solidária, qualquer que seja a motivação ou a inspiração para que transcendam e se transformem.

LIBANIO, João Batista. **Qual o futuro do Cristianismo?** São Paulo: Paulus, 2006. 158p.

Paulo Agostinho Nogueira Baptista*

O ÚLTIMO LIVRO DA rica produção teológica de João Batista Libanio – **Qual o futuro do Cristianismo?** – apresenta um roteiro simples e muito interessante, tratando de questões bem amplas na história do cristianismo, de forma acessível àqueles que não têm familiaridade e conhecimento desse tema. É uma introdução que suscita o aprofundamento e é de grande utilidade para jovens e grupos pastorais. Através de dinâmicas ao final de cada capítulo, Libanio provoca o exercício da síntese, a relação do tema com a vida pessoal e comunitária, além de levantar as implicações pastorais.

Para responder a essa questão sobre o “futuro do Cristianismo”, Libanio nos conduz a uma viagem pela história, abordando de forma crítica, em diálogo com as preocupações contemporâneas, a caminhada do Cristianismo.

Começa com uma introdução e a definição de conceitos fundamentais, abordando os temas “Jesus Cristo”, “Cristianismo”, “Igreja” e “Ser cristão”, pois antes é preciso “desenrolar um novelo em que fios se entrelaçam [...]” (p. 13).

O segundo capítulo apresenta a pessoa de Jesus de forma contextualizada: “Jesus, o camponês e artesão da galiléia”. Também considera importante mostrar as relações de Jesus com João Batista, os Essênios, os Fariseus e os Zelotas. A perspectiva é revelar o homem Jesus e a situação que o envolveu, até sua morte na cruz.

Com a morte de Jesus surge um movimento. Sua liderança ficou evidente por ter tantos seguidores que acolheram sua proposta. E ela transcende a Palestina, indo em direção ao mundo e à cultura grega. Num ambiente de perseguição – dos Romanos aos Judeus e depois aos próprios seguidores do Movimento – o Cristianismo sofrerá por muitas décadas, até o ano de 313. Essa é a tônica dos capítulos terceiro e quarto.

* Doutorando em Ciência da Religião pela UFJF. Professor e Coordenador da disciplina Cultura Religiosa na PUC Minas.

Uma transformação acontece no início do século IV: o fim da perseguição e o início de um processo simbiótico: “das catacumbas aos palácios”. Há uma expansão considerável e o cristianismo torna-se religião oficial do Império. Parte de sua liderança afasta-se do povo simples e aceita a tentação aristocrática. O poder civil intromete-se na vida da Igreja durante séculos e nova virada só acontecerá a partir do ano 1075, especialmente com o papa Gregório VII: surge o clericalismo. O quinto capítulo desenvolve essa questão.

A seguir, Libanio apresenta a presença do carisma no “movimento de Jesus”, de Paulo a Francisco de Assis. Isto revela que mesmo quando o cristianismo se alia ao poder, não desaparece e não se apaga a chama da atenção e o cuidado dos pobres. Há profetas que não se deixam corromper. A unidade cristã sofre abalos: em 1054 e depois com a Reforma. E com a Reforma já entramos no contexto da modernidade.

O capítulo sétimo mostra-nos as contribuições do cristianismo à cultura ocidental e também os conflitos: o início da modernidade e seus paradoxos; o impacto da Reforma; a resistência católica à modernidade; o conflito com as ciências; e o surgimento do sujeito moderno e sua importância.

O penúltimo capítulo se debruça sobre a pós-modernidade, especialmente sobre a crise do cristianismo nesse momento. A pós-modernidade se confronta com modernidade, especialmente sobre sua face econômica e cultural. Isso traz consequências para o cristianismo, mas oferece também a “chance” de recuperar seus fundamentos, suas opções e sua fidelidade a Deus-Amor.

A conclusão do capítulo oitavo trabalha na perspectiva de verificar as “novas chances” do cristianismo no contexto da pós-modernidade. Reagindo ao presentismo do “sinto logo existo” e da felicidade imediata, o cristianismo oferece a esperança, a articulação entre a memória e a herança do passado e o horizonte da esperança, entre o presente do “já” e o “ainda não” que desafia. E o Amor, expresso no rosto do “Filho, do Crucificado e do Ressuscitado” é uma resposta (João Paulo II), uma resposta cristã à pós-modernidade. Mas os desafios não cessam de aparecer: o ecumenismo, o diálogo inter-religioso e o enfrentamento das graves situações éticas contemporâneas.

“Futuro incerto, presente desconcertante. Que fazer?”. O cristianismo tem uma palavra e uma práxis a oferecer. Tem uma tradição de valores e também a “consciência crítica suficiente de seus erros, especialmente do conúbio com o poder e com os poderosos para encetar o caminho da libertação dos pobres.” A última palavra de Libanio é de fé e de esperança, construída no amor: que “a longa ideologia do antiigualitarismo seja superada pelo espírito de comunhão, de participação e de solidariedade”.